

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.933 - PR
(2018/0155132-2)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
EMBARGANTE : JOCÉLIA APARECIDA DE JESUS
ADVOGADO : VICENTE PAULA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR018877
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por JOCÉLIA APARECIDA DE JESUS, contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheceu do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial. (fls. 1.951/1.955e).

Em suas razões, alega a embargante o seguinte:

"1. Com todo respeito que devota a e. Ministra Relatora, a r. decisão embargada não disse quais seriam as 'questões necessárias à solução da controvérsia' que foram suficientemente analisadas pelo e. Tribunal local para julgar a lide.

Tais omissões devem ser supridas para que a Embargante possa se defender, já que, a seu ver, no recurso especial demonstrou de forma individualizada a omissão do acórdão recorrido – julgamento antecipado da lide e marco inicial para contagem da prescrição – e a importância para o caso concreto – cerceamento de defesa da parte se mantida a omissão:

(...)

Com isto, quer-se dizer que a melhor hermenêutica é aquela que aceita ou refuta a elevação de fato inconteste às hipóteses abstratas de lei federal citadas no recurso. Pois, em raras hipóteses, não existirá fato.

2. Para analisar e julgar o marco inicial para a contagem da prescrição aplicável ao caso concreto não se indagada sobre a existência ou inexistência dos fatos, pois, estão transcritos no r. acórdão recorrido.

Não se apontou especificamente na r. decisão embargada, por qual razão seria necessária a análise da Lei Estadual, a qual não vigia na época dos fatos, os quais estão expostos no acórdão recorrido. O termo inicial da prescrição, por interpretação dos artigos de lei federal, é inferida à luz da subsunção de fato ao direito federal: o prazo inicia-se na data do fato.

(...)

3. O r. Acórdão recorrido aplicou ao caso lei anterior mais maléfica à Embargante. O que se pretende é que se aplique o Código Penal, o qual dispõe que o termo inicial para a prescrição é a data do fato

(art. 111, inciso I).

Sendo assim, a análise e julgamento são em relação ao dispositivo de lei federal e a r. decisão embargada restou omissa em dizer porque o mesmo pode (ou não) ser aplicado ao caso em tela" (fls. 1.964/1.966e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao re julgamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada ao afastar a suposta violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que o acórdão recorrido apreciou, fundamentadamente, todas as questões referentes ao alegado cerceamento de defesa e ao afastamento da prescrição.

No que se refere, especificamente, ao prazo prescricional, o **decisum** foi claro ao afirmar a impossibilidade de análise da matéria, já que foi decidida com base na Lei 6.074/70 do Estado do Paraná.

Registre-se, inclusive, que da leitura dos arestos recorrido e embargado, não houve análise pelo Tribunal **a quo** sobre os arts. 111, I, do Código Penal e 6º da LINDB, o que atrai incidência da Súmula 211 do STJ, "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal **a quo**".

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO

DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora